

PUEBLA E VISÃO DA REALIDADE SOCIAL

José Odelso Schneider, S.J. _____

As "Conclusões" da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano regem-se por um método que parte da visão da realidade ("ver"), passa por uma fundamentação ou reflexão doutrinária ("julgar") e conclui em opções, projetos, orientações ou linhas pastorais ("agir").

A primeira parte do documento desenvolve-se através de quatro capítulos, todos eles dedicados a essa visão da realidade, sob seus aspectos globais e abrangentes: o aspecto histórico, o sócio-cultural, o eclesial, o da própria evangelização em suas tendências, e serve de fundamentação ampla e geral para exame dos aspectos mais particulares e específicos da vida dos nossos povos a serem evangelizados.

Nesse breve estudo das "Conclusões", cingir-nos-emos à visão da realidade social que o documento apresenta, e essa, principalmente em relação ao processo do desenvolvimento da América Latina, sob seus diversos aspectos: o estrutural e cultural, os econômicos, os especificamente sociais e os das aspirações dos nossos povos.

I) PUEBLA E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Tempos houve em que o desenvolvimento foi encarado quase exclusivamente sob seu aspecto quantitativo. Supunham muitos, à falta de uma análise mais aprofundada e circunstanciada do processo econômico e apregoavam outros, em causa própria, que o importante era que "o bolo crescesse"; a participação do mesmo, em proporções sempre mais equânimes e justas, dar-se-ia por um processo espontâneo e ineludível.

Também na Igreja, essa ingênua suposição embalou as ilusões de muitos. Entre os anos de 1962 a 68, pode-se dizer que o "desenvolvimento" foi o tema obrigatório de quase todos os autores mais engajados com os problemas sociais. A partir dos anos de 68 a 72 a "onda do desenvolvimentismo" passa. Na América Latina os fatos começam a demonstrar, à evidência, que não basta "desenvolver" a economia das nações, é preciso atender sobretudo à distribuição do seu produto, à participação do povo nos bens e benefícios gerados pelo desenvolvimento. E, constata-se que essa distribuição e participação é sistematicamente denegada aos nossos povos. Surge então uma consciência e conseqüentemente também uma visão muito mais crítica do desenvolvimento latino-americano. Puebla reflete essa consciência e visão crítica de toda nossa realidade social, econômica, cultural e política. E suas "Conclusões" questionam esse desenvolvimento, sobretudo a partir das graves conseqüências que acarreta, tanto para as pessoas, como para os nossos povos e sua convivência no concerto das nações. É principalmente a partir dessa conseqüência que importa examinar os enunciados de sua "Visão da Realidade" sobre os outros múltiplos aspectos e implicações do nosso processo de desenvolvimento.

1 – Essa atitude crítica aparece claramente no início do cap. IV, da parte IV, onde se trata da ação da Igreja em favor da pessoa, da sociedade nacional e internancional.

1.1 – Segundo os bispos, "o homem latino-americano sobrevive numa situação social que contradiz sua condição de habitante dum continente majoritariamente cristão; são evidentes as contradições existentes entre estruturas sociais injustas e as exigências do Evangelho". (1257).

1.2 – Após mencionarem que muitas são as causas que contribuem para isto, verificam os bispos "com profundo pesar que se agravou a situação violenta que se pode chamar institucionalizada (subversiva e repressiva), na qual a dignidade humana é violada até em seus direitos mais fundamentais", como o direito à vida, à alimentação adequada, à assistência médica, à habitação e à aducação.(1259 e 1261).

1.3 – Há no Continente uma realidade que impede o acesso aos bens e serviços sociais e às decisões políticas, agravando os atentados à liberdade de opiniões, à liberdade religiosa, à integridade física. Contribui para tanto um claro processo de "concentração

da propriedade empresarial, rural e urbana em mãos de poucos, o que torna imperioso reivindicar verdadeiras reformas agrárias e urbanas"; contribui igualmente a concentração do poder pelas tecnocracias civis e militares, que frustram as exigências de participação e as garantias de um estado democrático. (1262-3).

2 – No plano internacional e nacional os bispos constataam uma sociedade cada vez mais desequilibrada na sua convivência. Há "mecanismos que por estarem impregnados não dum autêntico humanismo, mas de materialismo, produzem em nível internacional ricos cada vez mais ricos, à custa de pobres cada vez mais pobres (João Paulo II – Discurso Inaugural, III, 4). Tais mecanismos se manifestam numa sociedade muitas vezes programada à luz do egoísmo, nas manipulações da opinião pública, em expropriações invisíveis e em novas formas de domínio supranacional, pois crescem as distâncias entre as nações ricas e pobres". (1264).

2.1 – Face aos novos manejos e à "exploração causada pelo sistema de organização da economia e da política internacional, o subdesenvolvimento do hemisfério pode agravar-se e até tornar-se permanente". (1265). Os autores do documento, preocupados em não se definirem ideologicamente não apontam aqui as causas diretas deste processo de desenvolvimento, em torno às quais processa-se o aceso debate entre as várias teorias sobre o processo de desenvolvimento latino-americano. De acordo com o enfoque histórico-estrutural, dir-se-ia que o subdesenvolvimento é a resultante de um processo de intercâmbio econômico e tecnológico mundial capitalista e excludente, e ao mesmo tempo dependente.

2.2 – Em outra parte do documento menciona-se a nossa dependência econômica, tecnológica, política e cultural como uma das raízes profundas de nossa situação de atraso e de desigualdade. "A presença de grupos multinacionais muitas vezes velam por seus próprios interesses à custa do bem do país que os acolhe". Associada a este problema ocorre "a perda do valor de nossas matérias-primas comparado com o preço dos produtos elaborados que adquirimos". (66).

Mais adiante, ao analisar a ideologia do liberalismo capitalista (542), mencionam-se entre outros aspectos negativos, "os privilégios ilegítimos, derivados do direiro absoluto de propriedade (que) causam contrastes escandalosos e uma situação de dependência e opressão, tanto no âmbito nacional quanto no internancional".

A dependência, cada vez maior em relação às grandes potências que detêm a ciência e a técnica, determina igualmente o

processo de formação de cultura urbano-industrial, "com a consequente e intensa proletarização dos setores sociais e até de diversos povos". (417).

2.3 – É este um processo de desenvolvimento dependente, que simultaneamente concentra e marginaliza em termos de poder político, econômico, tecnológico e cultural, levando ao uso totalitário do poder político e econômico em nossas nações, que ao invés das normais relações recíprocas, geram a sujeição "a centros mais poderosos, que operam em escala internancional. Agrava a situação o fato de que estes centros de poder se acham estruturados em formas encobertas, presentes em toda parte, e se subtraem facilmente ao controle dos governos e dos próprios organismos internacionais" (50l).

Chega-se assim a uma situação em que o poderio das empresas multinacionais se sobrepõe ao exercício da soberania das nações e ao pleno domínio de seus recursos naturais. (1264).

Os autores do documento de Puebla não podiam ficar insensíveis a uma realidade sócio-econômico de traços tão negativos, onde tem um peso predominante a situação de dependência em relação aos países capitalistas desenvolvidos; onde a presença das multinacionais – apenas motivadas pelo lucro e não pelo desenvolvimento dos países nos quais atuam – constitui uma séria ameaça à soberania nacional e ao bem-estar econômico e social da população dos países subdesenvolvidos, na medida em que dominam consideráveis setores de importância estratégica na economia dos nossos países.

II) SITUAÇÃO ESTRUTURAL E CULTURAL DO NOSSO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

1 – Para os bispos da América Latina, as estruturas econômicas e sociais e políticas são injustas, e como tais exigem transformações profundas (16, 43, 573).

1.1 – São evidentes as contradições existentes entre estruturas sociais injustas e as exigências do Evangelho. Verificam os bispos com profundo pesar que se agravou a situação violenta, institucionalizada, subversiva e repressiva, na qual a dignidade humana é violada até em seus direitos mais fundamentais. (1259). E assinalam de maneira especial que, depois dos anos cinquenta, apesar de todas as realizações obtidas, "tem fracassado as amplas esperanças do desenvolvimento e aumentado a marginalização de grande parte da sociedade e a exploração do pobres". (1260).

1.2 – São estruturas que tem impressa a marca destruidora, gerando a situação de miséria, de marginalidade, injustiça e corrupção que fere nosso Continente. (281). São verdadeiras “estruturas de pecado”, que aumentam a distância entre ricos e pobres.

1.3 – As situações de injustiça e de pobreza extrema “são um sinal acusador de que a fé não teve a força necessária para penetrar os critérios e as decisões dos setores responsáveis da liderança ideológica e da organização da convivência social e econômica de nossos povos. Em povos de arraigada fé cristã impuseram-se estruturas geradoras de injustiça. Estas, que estão em conexão com o processo de expansão do capitalismo liberal e em algumas partes se transformam em outras inspiradas pelo coletivismo marxista, nascem das ideologias de culturas dominantes e são incoerentes com a fé própria de nossa cultura popular”. (437).

1.4 – A pobreza existente, pois, “não é uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria”.(30).

1.5 – São estruturas que absolutizam a riqueza, transformando-a num ídolo, onde o “ser” é afogado no “ter” (497, 494), tornando-a assim num obstáculo para a verdadeira liberdade. Geram-se assim os “contrastes cruéis de luxo e extrema pobreza, tão visíveis em todo o Continente, agravados, ademais, pela corrupção que muitas vezes invade a vida pública e profissional”... São estruturas que bloqueiam as crescentes aspirações de justiça e participação da maioria que vive na pobreza. (1208).

2 – Em meio a estas estruturas percebem-se desde Medelín, duas tendências evidentes:

- “a) Por um lado, a tendência à modernização, com forte crescimento econômico, urbanização crescente do continente, tecnificação das estruturas econômicas, políticas, militares, etc...
- “b) Por outro lado, a tendência à pauperização e crescente exclusão das grandes majorias latino-americanas da vida produtiva. Por isto, o povo pobre da América Latina anseia por uma sociedade de maior igualdade, justiça e participação em todos os níveis.

2.1 – Estas tendências contraditórias favorecem por um lado a apropriação, por uma minoria privilegiada, de todas as decisões e bens de ordem econômica, tecnológica e cultural gerados pelo sistema e por outro, a imensa maioria de pobres que é marginalizada destas decisões e dos mesmos bens. (1207, 1208).

3 – Sintetizando esta parte sobre o nosso processo de desenvolvimento poderíamos dizer que os bispos, com o propósito de cooperar nas mudanças necessárias para alterar este quadro de coisas, a partir de uma perspectiva pastoral que perceba mais diretamente as exigências do povo, apontam as raízes profundas de ordem estrutural e cultural que contribuem para agravar esta situação.

- “a) A vigência de sistemas econômicos que não consideram o homem como centro da sociedade, nem realizam as profundas mudanças que se fazem necessárias, para a construção de uma sociedade justa”. (64).
- “b) A falta de integração entre as nossas nações que, entre outras conseqüências graves, tem esta igualmente: apresentamo-nos como entidades pequenas, sem peso de negociação no concerto internancional” (65). Face a um processo de subdesenvolvimento que pode agravar-se e até tornar-se permanente entre nossos países, lamentam os bispos que o ideal da integração latino-americana esteja ameaçado. Esta ameaça é motivada em grande parte pelas ambições econômicas nacionalistas, pela paralização dos grandes planos de cooperação e por novos conflitos e por novos conflitos internacionais. (1265).
- “c) O fato da nossa dependência econômica, tecnológica, política e cultural: a presença de grupos multinacionais...” a perda de valor de nossas matérias-primas...” (66).
- “d) A corrida armamentista, o grande crime de nosso tempo, que é produto e causa de tensões entre países irmãos. Ela faz com que se destinem muitos recursos à compra de armas em vez de se empregarem na solução de problemas vitais” (67).
- “e) A falta de reformas estruturais na agricultura, adaptadas a cada realidade e que enfrentem com decisão os graves

problemas sociais e econômicos dos camponeses: o acesso à terra e aos meios que tornem possível a melhoria da produtividade e da comercialização". (68).

"f) A crise de valores morais: a corrupção pública e privada, a ganância do lucro desmedido, a venalidade, a falta de esforço, a carência de sentidos social, de justiça vivida e solidariedade, a fuga de capitais e de cérebros... tudo isto enfraquece e até impede a comunhão com Deus e a fraternidade". (69).

"g) Finalmente, nós, como pastores, sem pretender determinar o caráter técnico destas raízes, vemos que no mais profundo delas há um mistério de pecado: a pessoa humana, convocada a dominar o mundo, impregna os mecanismos de sociedade de valores materialistas". (70).

III) ASPECTOS ECONÔMICOS SEGUNDO PUEBLA

Depois de apontar muitas das falhas históricas e estruturais de nossa sociedade, vejamos algumas referências do documento aos aspectos econômicos, da realidade latino-americana.

1 – Os bispos assinalam três visões do homem, subjacentes ao processo econômico, que embora distintas, tem raiz comum. Dentre estas se destaca a visão economicista, com suas três derivações:

- a) A visão consumista, segundo a qual a pessoa humana está lançada na engrenagem da máquina de produção industrial. É vista apenas como instrumento de produção e objeto de consumo. "Tudo se fabrica e se vende em nome dos valores do ter, do poder e do prazer, como se fossem sinônimos da felicidade humana". (311).
- b) A visão do liberalismo econômico, a serviço da sociedade de consumo, mas projetando-se para além da mesma, apresenta uma visão individualista do ser humano. "Segundo esta visão, a dignidade da pessoa está na eficácia econômica e na liberdade individual. Encerrada em si própria e com freqüência aferrada ao conceito religioso de salvação individual, cega-se para as exigências da

justiça social e coloca-se a serviço do imperialismo internacional do dinheiro".(312).

- c) **A visão do marxismo clássico, em luta permanente contra as conseqüências injustas do liberalismo econômico, substitui a visão individualista do homem por uma visão coletivista, quase messiânica do mesmo... A pessoa despojada do arbítrio interno que lhe pode assinalar o caminho da realização pessoal, recebe suas normas de comportamento unicamente daqueles que são responsáveis pela mudança das estruturas sócio-político-econômicas. Desconhece, portanto, os direitos humanos... Materialista e ateu, o humanismo marxista reduz o ser humano, em última instância, às estruturas externas".(313).**

2 – Em relação ao Consumismo, denuncia-se o mesmo com sua ambição descontrolada de sempre "ter mais", que vai afogando o homem contemporâneo num imanentismo que o fecha aos valores evangélicos do desprendimento e da austeridade, paralisando-o à comunhão solidária e à participação fraterna. (56)

A sociedade de consumo, apoiada nos meios de comunicação social, manipula as informações por parte dos diversos poderes e grupos, introduzindo falsas expectativas e criando necessidade fictícias, contradizendo freqüentemente os valores fundamentais de nossa cultura latino-americana. (62).

Junto com o secularismo, que na sua forma extremada chega a uma visão imanentista e absoluta, levando a um ateísmo antropocêntrico, prático e militante, está associada uma civilização de consumo e hedonismo, erigido em valor supremo, com uma vontade de poder e de domínio, de discriminação de toda espécie. (435).

É juntamente contra esta civilização de consumismo, carente de autênticos líderes e que enfatiou as gerações jovens (1177), que os bispos alertam, uma vez mais sobre, "a necessidade de uma profunda revisão da tendência consumista das nações mais desenvolvidas; cumprir levar em consideração as necessidades elementares dos povos pobres que formam a maior parte do mundo" (496).

3 – Outro problema econômico mencionado, é o referente à "economia de mercado livre, na sua expressão mais rígida, que ainda vigora em nosso continente e é legitimada por ideologias liberais". Alargou a distancia entre ricos e pobres, pelo fato de

antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social. Grupos minoritários nacionais, associados às vezes a interesses de fora, têm-se aproveitado das oportunidades que lhes oferecem estas formas envelhecidas de mercado livre, para se desenvolverem em proveito próprio e às custas dos interesses dos setores populares majoritários. (47).

Associada a este aspecto está a ganância do lucro desmedido, a venalidade, a carência de sentido social (69), bem como a concentração da propriedade empresarial, rural e urbana em mãos de poucos, como consequência de uma economia de livre comércio, mas onde tende a sobreviver o mais forte. Igualmente tende a ocorrer a concentração do poder pelas tecnocracias civis e militares, que frustram as exigências de participação a as garantias dum estado democrático. (1263).

4 - Aponta igualmente o documento para as distorções surgidas nas relações do homem com a natureza, gerando o desequilíbrio ambiental. Se não se mudarem as tendências atuais, o convívio do homem com a natureza continuará a deteriorar-se pela exploração irracional dos recursos naturais e a contaminação do ambiente, com graves prejuízos para o homem e para o equilíbrio ecológico (139). Alerta-se igualmente para os efeitos devastadores de uma industrialização descontrolada e de uma urbanização com suas proporções alarmantes, que podem levar mais rapidamente ao esgotamento dos recursos naturais e à poluição ambiental, ocasionando problemas dramáticos. (496). A comunhão e a participação verdadeiras só podem existir na vida do homem, quando projetadas no plano bem concreto das realidades temporais, de tal modo que o domínio, o uso e a transformação dos bens da terra, da cultura, da ciência e da técnica, se realizem em um justo e fraterno domínio do homem sobre o mundo, tendo em conta o respeito da ecologia. (327).

5 - Ainda segundo o documento de Puebla "os tempos de crise econômica que nossos países estão vivendo (não obstante a tendência para a modernização) com forte crescimento da economia, mas enfrentado menor ou maior dureza, aumentam as angústias de nossos povos". E em meio a tais angústias "uma tecnocracia gélida aplica modelos de desenvolvimento que exigem dos setores mais pobres um custo social realmente desumano, tanto mais injusto quando não é compartilhado por todos". (50).

6 - Após mencionarem alguns dos problemas econômicos, recordam os bispos aos defensores do liberalismo capitalista que os

bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza,...são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e a cada um dos homens e dos povos. A todos e a cada um compete um direito primário e fundamental, de usar solidariamente esses bens, na medida do necessário, para uma realização digna da pessoa humana. Todos os outros direitos, também o da propriedade e livre comércio lhe estão subordinados. Pois "sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social" (João Paulo II – Discurso Inaugural, III, 4, 492).

6.1 – O tipo de relação que o homem deve ter com a propriedade é o que torne "a propriedade compatível com aquele direito primordial", que significa antes de tudo "um poder de gestão e administração, que, embora não exclua o de domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios. É (pois) um dever grave e urgente fazê-lo retornar à sua finalidade primeira" (492). Portanto, todos e não apenas as minorias privilegiadas tem o direito de acesso à propriedade e a outras formas de domínio privado sobre os bens exteriores (1271). O direito absoluto de propriedade leva a privilégios ilegítimos, causando contrastes escandalosos e uma situação de dependência e opressão, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. (542).

6.2 – No final do documento, na parte relativa às opções e linhas de ação, a serem seguidos os bispos apelam aos economistas para que contribuam com um pensamento criativo, dando respostas rápidas às exigências fundamentais do homem e da sociedade. Igualmente apelam aos empresários para que tenham sempre presente a função social da empresa e atuem concebendo-a não só como fator de produção e lucro, mas como comunidade de pessoas e como elemento de uma sociedade pluralista, unicamente viável quando não há concentração excessiva de poder econômico. (1246).

Considerar a empresa como comunidade de pessoas, significa reconhecer também ao trabalho o direito de participar não só nos lucros da empresa, mas também nas decisões da mesma, para que, a partir das decisões o fruto do esforço coletivo seja distribuído mais equitativamente e com maiores garantias.

6.3 – Isto vai ao encontro do novo humanismo proclamado pela Igreja, que rejeita toda idolatria, permitindo "ao homem moderno encontrar-se a si mesmo, assumindo os valores do amor, da amizade, da oração e da contemplação. Assim poderá realizar em

toda a sua plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é o passo, para cada um e para todos, de condições de vida menos humanas a condições mais humanas" (PP20). "Desse modo, se planejará a economia a serviço do homem e não o homem a serviço da economia, como acontece nas duas formas de idolatria, a capitalista e a coletivista". Será a única maneira de o "ter" não afogar o "ser". (497).

IV) ASPECTOS SOCIAIS: A VISÃO RELATIVA ÀS CLASSES E OUTROS SETORES SOCIAIS

1 – Uma das principais conseqüências sociais de nosso processo de desenvolvimento, é a presença de uma pobreza crescente entre os povos da América Latina. Embora tenha havido um crescimento econômico significativo em certos países nos últimos dez anos, embora se note igualmente um certo crescimento da classe média (21,22), a pobreza aparece palpável junto à imensa maioria da população da América Latina (1129, 1135), gerando até situações de miséria que se vem agravando. E os bispos chegam a advertir. "Queremos tomar consciência do que a Igreja latino-americana fez ou deixou de fazer pelos pobres depois de Medellín...". E continuam dizendo: "Comprometidos com os pobres, condenamos como anti-evangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores em nosso continente. Envidamos esforços para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza". (1159 e 1160).

1.1 – Puebla vê como um escândalo e uma contradição a brecha crescente entre ricos e pobres. "O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas" (28). E apela com João Paulo II: "Que se derrubem as barreiras da exploração... contra as quais se estraçalham seus maiores esforços de promoção" (Alocução, Oaxaca 5).

1.2 – Verifica-se como "o mais devastador e humilhante flagelo a situação de pobreza desumana em que vivem milhões de latino-americanos e que se exprime em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, salários de fome, desemprego e subemprego, desnutrição, instabilidade no trabalho, migrações maciças, forçadas e sem proteção". (29).

2 – Esta pobreza leva a que do coração da América Latina esteja subindo ao céu um clamor cada vez mais impressionante. "É

o grito de um povo que sofre e que reclama justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos". (87) É um clamor que a dez anos em Madellín ainda parecia surdo, mas que agora "é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador" (89).

Este clamor representa um grande desafio para a pastoral, no sentido de ajudar o homem a passar de situações menos humanas a situações mais humanas. As profundas diferenças sociais, a extrema pobreza e a violação dos direitos humanos – que ocorrem em muitas regiões são reptos lançados à evangelização". (90).

3 – Os integrantes da classe social inferior – no documento identificados como "os pobres" – não só carecem de bens materiais e do mínimo vital indispensável, como carecem igualmente de uma plena participação social e política, o que avilta sua dignidade humana. Nesta situação de carência total se encontram especialmente nossos indígenas, camponeses, afro-americanos – os mais pobres entre os pobres – os operários, os marginalizados pela cidade e, especialmente, a mulher desses setores sociais, por sua condição duplamente oprimida e marginalizada. (1135, nota).

4 – Verificam, porém os bispos, com bastante alegria que os pobres, alentados pela Igreja, começaram a organizar-se para uma vivência integral de sua fé e, por isso, também para reivindicar os seus direitos. (1137).

5 – E recordam especialmente as situações negativas de alguns setores sociais específicos que adquirem na vida real "feições concretíssimas", quais sejam:

a) a dos operários, com frequência mal remunerados, que tem dificuldades de se organizar e de defender os próprios direitos.(36). Mas por outro lado vêem os bispos que os operários estão surgindo como fator decisivo na nova configuração de nossa cultura (e da sociedade). (419). Num mundo que se urbaniza e se industrializa, cresce o papel dos operários "como principais artífices das prodigiosas transformações que o mundo hoje experimenta.

Cabe-lhes, portanto o direito de "criar livremente organizações para defender, promover seus interesses, para contribuir responsabilmente para o bem comum" (João Paulo II. A locução aos operários de Monterrey, 3 AAS LXXI, p. 241-1244).

b) a dos subempregados e desempregados, os marginalizados e amontoados de nossas cidades, despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos. (37). A situação de desemprego crônica e generalizada, afeta a estabilidade familiar, já que a necessidade de trabalho força à emigração, ao absenteísmo dos pais, à dispersão dos filhos.

c) a situação dos camponeses, que como grupo social, vivem relegados em quase todo o nosso continente, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram (35). Para tanto, faltam reformas estruturais na agricultura, que permitam o acesso dos camponeses aos meios que tornem possível a melhoria da produtividade e da comercialização (68).

Os camponeses são uma força dinamizadora na construção de uma sociedade mais participada. É em defesa deles, que João Paulo II dirigiu esta advertência aos setores de poder. "Da vossa parte, responsáveis pelos povos, classes poderosas que mantendes por vezes improdutivas as terras que escondem o pão que falta a tantas famílias: a consciência humana, a consciência dos povos, o clamor do desvalido e, sobretudo, a voz de Deus, a voz da Igreja vos repete comigo: não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas. Devem-se pôr em prática medidas concretas, eficazes, em nível local, nacional e internacional, na vasta linha traçada pela Encíclica Mater et Magistra... irmãos e filhos: trabalhai por vossa elevação humana" (João Paulo, Alocução, Oaxaca, 1245).

d) A situação da mulher merece uma consideração especial no documento. Professa-se no capítulo sobre a verdade a respeito do homem, que todo o homem e toda mulher, por mais insignificantes que pareçam, tem em si a nobreza inviolável que eles próprios e os demais devem respeitar e fazer respeitar incondicionalmente. O bem comum "consiste na realização cada vez mais fraterna da dignidade comum o que exige não se instrumentalizem uns em favor de outros" (317).

Entretanto, é reconhecida a marginalização da mulher, "como conseqüência de atavismos culturais (prepotência do homem, salários desiguais, educação deficiente, etc.) que se manifesta em sua ausência quase total da vida política, econômica e cultural". A estes aspectos acrescentam-se novas formas de marginalização numa sociedade de consumistas e hedonistas, chegando-se ao

extremo de transformá-la em objeto de consumo, disfarçando e sua exploração sob o pretexto de evolução dos tempos (por meio da publicidade, do erotismo, da pornografia, etc.). Verifica-se com tristeza que a prostituição tem aumentado em muitos países (835). Constata-se igualmente a falta de cumprimento das leis de proteção à mulher no mundo do trabalho, não estando elas organizadas para exigir o respeito a seus direitos. (836), sendo que neste aspecto, a mulher pobre é duplamente oprimida e marginalizada (1134). "Nas famílias, a mulher se vê sobrecarregada, além das tarefas domésticas, pelo trabalho profissional e, em não poucos casos, deve assumir todas as responsabilidades devido ao abandono do lar por parte do marido. (837). Denuncia-se também "a situação lamentável das empregadas domésticas, devido aos maus tratos e explorações que não raro sofrem por parte dos patrões" (838).

A própria Igreja proclama um "mea culpa" ao reconhecer que "tem havido por vezes uma valorização insuficiente da mulher e uma escassa participação da mesma em nível de iniciativas pastorais" (839).

Em meio a esta situação negativa, salienta o documento alguns sinais positivos, como a lenta mas crescente inclusão da mulher em tarefas da construção da sociedade, o ressurgimento de organizações femininas que trabalham por conseguir a promoção e incorporação da mulher em todos os âmbitos. (840). Constitui inclusive um autêntico "sinal dos tempos" que a promoção humana da mulher esteja incluída entre as aspirações da libertação vigentes em nossos povos.

Reivindica-se a presença da mulher nas realidades temporais, contribuindo com o seu ser próprio de mulher, para participar com o homem na transformação da sociedade (848). Cabe-lhe uma responsabilidade insubstituível, "cuja colaboração é indispensável para a humanização dos processos transformadores, como garantia de que o amor é uma dimensão da vida e da mudança e porque sua perspectiva é insubstituível para a representação cabal das necessidades e esperanças do povo" (1219).

e) Denuncia-se igualmente a situação dos indígenas e dos afro-americanos que, vivendo agregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres. Embora exista esta segregação, a América Latina constitui o espaço histórico em que se deu o encontro de tres universos culturais: o indígena, o branco e o africano, acrescidos depois por outras correntes migratórias, forjando assim uma "espécie de mestiçagem latino-americana" (307), no plano racial e cultural, com

uma dinâmica que continuará a marcar sua presença no futuro da América Latina (409).

f) Há igualmente referências aos "anônimos sociais" – entre os quais poderíamos incluir os 7 milhões de "bóias-frias" ou trabalhadores volantes do Brasil – em relação aos quais a Igreja sente-se no dever de acolhê-los e assisti-los, de restaurar sua dignidade e fisionomia humana, procurando reintegrá-los socialmente, através da restauração plena de seus direitos. Sente especialmente a Igreja Latino-americana, que "deve colaborar para que aqueles que não existem legalmente, adquiram a necessária documentação, afim de que todos tenham acesso ao desenvolvimento integral..." (1289-90).

g) Mencionam-se ainda os anciãos, cada dia mais numerosos e com freqüência postos à margem da sociedade do progresso, que prescindem dos improdutivos. (39).

V) PUEBLA E OS ASPECTOS POLÍTICOS

1 – Sente a Igreja como seu dever e direito estar presente no campo da realidade política: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. Conseqüentemente critica os que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e política (515).

A Igreja reconhece a devida autonomia do temporal (GS 36), valendo isto para os governos, partidos, sindicatos e outros grupos no campo social e político. O fim da Igreja é de ordem religiosa e, portanto, ao intervir neste campo, não a anima nenhuma intenção de ordem política, econômica ou social (519). Seu interesse é apenas servir e não dominar.

A política possui um aspecto englobante, porque tem como fim o bem comum da sociedade. Por isto a fé cristã valoriza a atividade política e a tem em alta estima (513-14).

2 – Distinguem-se no documento dois conceitos de política e de compromisso político:

a) A política em seu sentido mais amplo, que visa o bem comum, no âmbito nacional e internacional. Neste plano precisa os valores fundamentais de toda a comunidade – a concórdia interna

e a segurança externa – conciliando a igualdade com a liberdade, a autoridade pública com a legítima autonomia e participação das pessoas e grupos, a soberania nacional com a convivência e solidariedade internacional. Neste plano define também os meios e a ética das relações sociais. Neste sentido amplo a política interessa à Igreja e a seus pastores, **ministros da unidade**. (521). A Igreja contribui promovendo os valores que devem inspirar a política “interpretando em cada nação as aspirações de seus povos, especialmente os anseios daqueles que uma sociedade tenda a marginalizar. (522).

b) A política no sentido de sua realização concreta, que “se faz normalmente através de grupos de cidadãos que se propõe conseguir e exercer o poder político para resolver as questões econômicas, políticas e sociais segundo seus próprios critérios ou ideologias. Neste plano se situa a “política de partido”. Adverte-se que as ideologias elaboradas por estes grupos, embora se inspirem na doutrina cristã, podem chegar a diferentes conclusões. “Por isso, nenhum partido político por mais inspirado que esteja na doutrina da Igreja, pode arrogar-se à representação de todos os fiéis, já que seu programa concreto nunca poderá ter valor absoluto para todos”. (João Paulo II, Discurso Inaugural I-523). A política partidarista é o campo próprio dos leigos (GS 43), correspondendo à sua condição leiga constituir e organizar partidos políticos, com ideologias e estratégia adequadas para alcançar seus legítimos fins. (524). O leigo cristão encontra na doutrina social da Igreja os critérios adequados à luz da visão cristã do homem, tendo a solidariedade da hierarquia em termos de formação e de criatividade, para procurar opções cada vez mais conformes com o bem comum e as necessidades dos mais fracos (525).

3 – A atividade política abarca um vasto campo, desde a ação de votar, passando pela militância e liderança em algum partido político, até o exercício de cargos públicos em diversos níveis. Atuando na política “o leigo deverá buscar e promover o bem comum, na defesa da dignidade do homem e de seus inalienáveis direitos, na proteção dos mais fracos e necessitados, na construção da paz, da liberdade, da justiça; na criação de estruturas mais justas e fraternas”. (791-792).

4 – Dentro desta linha de reflexões, situa-se também a visão da autoridade, que é necessária em qualquer sociedade e vem de Deus. “Consiste na faculdade de mandar segundo a reta razão. Por conseguinte, sua força obrigatória procede da ordem moral e dentro

dela deve desenvolver-se para que obrigue em consciência. A autoridade é sobretudo uma força moral" (PT 48;GS 74, Puebla 499). A força moral se conquista pela probidade, pela eficiência e pelo serviço aos outros, especialmente os mais desamparados.

5 – Aspectos Negativos da Realidade Política Latino-americana:

5.1 – O abuso do poder leva ao abuso dos direitos dos outros, especialmente quando se trata do poder político. Nestes casos pode-se chegar à absolutização do próprio poder, apoiado na força pública. Neste sentido, dizem os bispos, "reconhecemos pesarosamente a presença de muitos regimes autoritários e mesmo opressivos em nosso Continente. Eles constituem um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento dos direitos da pessoa, dos grupos e das próprias nações". (580). Em muitos casos chega-se ao ponto de estes poderes políticos e econômicos abusivos estarem sujeitos a centros mais poderosos que operam em escala internacional. A situação é agravada pelo fato de que estes centros de poder se acharem estruturados em formas encobertas, presentes em toda a parte, subtraindo-se facilmente ao controle dos governos e dos próprios organismos internacionais. (501)

5.2 – "A ideologia da Segurança Nacional tem contribuído para fortalecer, em muitas ocasiões, o caráter totalitário ou autoritário dos regimes de força e alimentado o abuso do poder e da violação dos direitos humanos: Há casos (inclusive) em que pretendem proteger suas atitudes com uma profissão de fé cristã, que é, contudo subjetiva".(49).

A ideologia da Segurança Nacional é responsável pela "visão estatista do homem" – presente em muitos governos da América Latina que submete o indivíduo ao serviço ilimitado da suposta guerra total contra os conflitos culturais, sociais, políticos e econômicos e através deles, contra a ameaça do comunismo. Ante este perigo, se limitam as liberdades individuais. A vontade do Estado se confunde com a vontade da Nação, sobrepondo-se o desenvolvimento econômico e o potencial bélico às necessidades das massas abandonadas. Admitem os bispos que embora necessária a toda organização política, a Segurança Nacional, vista assim, apresenta-se como um absoluto acima das pessoas e em seu nome institucionaliza-se a insegurança dos indivíduos. (314).

5.3 – O abuso do poder político gera angústia entre a população latino-americana, na medida em que opera através de uma "repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delações,

de violação da privacidade, de pressões exageradas, de torturas, de exílios. Angústias em numerosas famílias pelo desaparecimento de seus entes queridos, dos quais não conseguem ter a menor notícia. Insegurança total por detenções sem ordem judicial. Angústias ante uma justiça submissa ou manietada". (42). Igreja se compromete a fazer ouvir sua voz, denunciando e condenando estas situações, sobretudo quando os governos ou responsáveis se confessam cristãos. (idem).

5.4 – Condena-se igualmente a tendência, muito presente hoje em dia de submeter as comunidades nacionais às decisões de um novo poder, a tecnocracia. "Uma espécie de engenharia social (própria da tecnocracia) pode controlar os espaços da liberdade dos indivíduos e instituições, com o risco de reduzi-los a meros elementos de cálculo". Caracteriza-se por uma visão cientifista do homem, onde se reconhece como verdade o que pode ser demonstrado pela ciência. Assim, em nome da ciência justifica-se tudo, até o que constitui uma afronta à dignidade humana. (315).

6 – Participação:

6.1 – A deterioração do quadro político, gerando freqüentemente uma situação de injustiça institucionalizada (46) repercute com grave prejuízo para a participação dos cidadãos na condução do seu próprio destino, não se permitindo a participação social nos vários níveis. Mencionam-se em especial as dificuldades para a sindicalização, aplicando-se arbitrariamente uma legislação trabalhista. Em países de regime de força, vê-se com maus olhos a organização de operários, camponeses e grupos populares e adotam-se medidas repressivas para impedi-las. Entretanto "este tipo de controle e limitação não acontece com os sindicatos patronais, que podem agir com todo o seu poder para assegurar os próprios interesses". (44). Mas, por outro lado, advertem os bispos contra a politização exasperada das cúpulas sindicais em certos países, chegando a distorcer a finalidade de sua organização. (45).

6.2 – Defendem os bispos o direito dos operários e camponeses em organizar-se, como homens livres e responsáveis, para participarem nas decisões que concernem à sua vida e futuro, superando os problemas que os afetam. Tem o direito de "criar livremente organizações de defesa dos seus interesses e para contribuir responsabilmente para o bem comum" (João Paulo II, Alocução, Operários Monterrey, 3 - Puebla 1163). Defendem com isto igualmente os direitos dos organismos intermediários dentro do

princípio de subsidiariedade, inclusive dos criados pela própria Igreja, em colaboração com tudo o que se refere ao bem comum. (1214 e 336).

6.3 – Nas palavras de exortação aos políticos, ao tratarem das linhas de ação pastoral, recordam os bispos que só Deus é a fonte de sua autoridade e o fundamento das suas leis por mediação do povo (Vaticano II, Mensagem à Humanidade, nº 2, aos governantes). "Nós afirmamos a nobreza e dignidade do compromisso com uma atividade orientada para a consolidação da concórdia interna e segurança externa, estimulando a ação sensível e inteligente do político para melhor conduzir o Estado, para conseguir o bem comum e conciliar eficazmente a liberdade, a justiça e a igualdade numa genuína sociedade participada". (1238). Em relação aos militares – os principais seguidores da Doutrina de Segurança Nacional – "lembramo-lhes com Medellín que "sua missão é dar garantias às liberdades políticas dos cidadãos, em vez de por-lhes obstáculos. (Pastoral de Elites, 20). Tenham eles consciência de sua missão: garantir a paz e segurança de todos. Jamais abusem da força. Sejam antes defensores da força do direito. Propiciem outrossim, uma convivência livre, participativa e pluralista". (1247). Faz-se igualmente um apelo especial aos funcionários, "para que assumam sua atividade como um serviço, porque a dignidade da função e da vida pública reside no fato de que seu destinatário natural é a sociedade e, sobretudo, os que menos possuem e mais dependem do bom funcionamento do serviço público" (1248).

VI) ASPIRAÇÕES PERSCRUTADAS PELOS BISPOS NO POVO: EVANGELIZAÇÃO NO FUTURO

Face ao elenco de problemas até aqui mencionados a partir do Documento de Puebla, relativos ao desenvolvimento, à dependência, à situação estrutural, aos problemas no plano econômico, social e político, os bispos entendem poderem diagnosticar basicamente quatro grandes tendências presentes nas sociedades latino-americanas daqui para os próximos anos.

a) Um ritmo acelerado de crescimento demográfico e de concentração nas cidades grandes. Os serviços públicos em decorrência destes dois fatores sofrerão desafios graves, bem como a população, majoritariamente jovem terá dificuldades crescentes de emprego(127).

b) A sociedade do futuro, embora tenda a apresentar-se mais aberta e pluralista, sofrerá o influxo cada vez maior dos ditames dos meios de comunicação social, que tenderão a programar cada vez mais a vida do homem e da sociedade. (128).

c) A programação da vida social corresponderá cada vez mais aos modelos buscados pela tecnocracia, sem correspondência com os anseios de uma ordem internacional mais justa, devido à tendência à cristalização das desigualdades do momento. (129).

d) No plano internacional se tomará consciência crescente da limitação dos recursos naturais e da consegüente necessidade de sua racionalização. Para enfrentar este problema, alguns pleitearão redução drástica da população, via controle de natalidade, especialmente nos países pobres. Outros pleitearão a "prosperidade racionada", ou seja, uma sobriedade compartilhada em vez da riqueza crescente não compartilhada. (130).

Auscultando o clamor do povo, sentem os bispos a necessidade de mudanças estruturais profundas e rápidas que venham em prol de todos, mas que só serão tais, se forem a expressão externa de uma conversão interior pessoal e coletiva. As soluções que se proponham deverão constituir respostas reais à atual sociedade de consumo, individualista, capitalista, materialista e centralizadora do poder econômico, social, político e cultural. As soluções a propor, deverão apontar para o ideal duma sociedade humana digna e feliz, que possibilite reais estruturas de convivência (438) baseadas na comunhão e na participação (1155, 1152, 30, 134, 1221, 1250).

Solidários com o povo da América Latina, do qual fazem parte e também com sua história, os bispos julgam necessário propor mudanças rápidas e profundas. Propondo-as, entendem ir ao encontro das aspirações do povo, por eles perscrutadas e que o povo exprime claramente ou apenas balbucia e que são:

– "Uma qualidade de vida mais humana, sobretudo por sua irrenunciável dimensão religiosa; sua busca de Deus, do reino que Jesus Cristo nos trouxe, que, às vezes, é intuído confusamente pelos mais pobres, com um vigor privilegiado.

– Uma distribuição mais justa dos bens e das oportunidades; e trabalho, justamente remunerado, que permita o sustento digno de todos os membros da família e que reduza a brecha existente entre o luxo desmedido e a indigência.

– Uma convivência social fraterna na qual se fomentem e tutelem os direitos humanos; em que as metas a serem alcançadas se decidam pelo consenso e não pela força ou violência; em que

ninguém se sinta ameaçado pela repressão, pelo terrorismo, pelos seqüestros e pela tortura.

– Mudanças estruturais que assegurem uma situação de justiça para as grandes maiorias.

– Que se levem em conta todos os cidadãos e que eles sejam considerados pessoas responsáveis e sujeitos da história, com capacidade de participar livremente das opções políticas, sindicais, etc. e da eleição de seus governantes.

– Que todos participem da produção e compartilham os progressos da ciência e da técnica moderna, tendo também acesso à cultura e ao lazer digno". (132-136).

Enfim, pedem os bispos que todos os homens, além de serem respeitados nos seus direitos individuais, – como direito à vida, à integridade física e psíquica, à proteção legal, ao asilo, à liberdade religiosa, à liberdade de opinião, à participação nos bens e serviços – sejam igualmente respeitados nos seus direitos sociais, como o direito à educação, à associação, ao trabalho, à moradia, à saúde, ao lazer, ao desenvolvimento, ao bom governo, à liberdade e à justiça social, à participação nas decisões que concernem ao povo e às nações. (1271-1272).

E no plano das relações internacionais, reivindica o documento o respeito a uma série de direitos, entre os quais: o direito a uma convivência internacional justa entre as nações, que garanta a autodeterminação econômica, política, social e cultural; o direito a cada nação defender seus próprios interesses frente às empresas transnacionais, requerendo-se a elaboração de um estatuto que regule as atividades de tais empresas em nível internacional; o direito a uma nova cooperação e integração internacional. (1276-1278).

Enfim, o direito a uma nova ordem internacional (1280-1282), que se baseie nas legítimas necessidades sociais do homem, que assuma um pluralismo sadio com a adequada representação das minorias e dos grupos intermedios, que preserve o patrimônio comum da humanidade, em especial os oceanos e que atribua igualmente uma "hipoteca social" sobre os excedentes econômicos e as poupanças provenientes do desarmamento das nações, garantido o acesso imediato e livre dos grupos e das nações mais fracas ao próprio desenvolvimento integral.

CONCLUSÃO:

Ao empreenderem a caracterização da complexa realidade econômica, social e política da América Latina, os bispos apelam à consciência e ao compromisso social dos cristão para contribuírem na transformação desta realidade com traços tão negativos.

Não propõe soluções concretas – pois isto cabe aos técnicos, aos cientistas sociais e aos políticos – mas apontam o rumo quase utópico em direção ao qual deverão encaminhar-se todos os esforços de transformação da sociedade latino-americana.

No documento condena-se por um lado como anti-evangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores do Continente (1159). Mas, por outro lado, a Igreja se alegra por ver em muitos dos seus filhos, sobretudo da classe média mais modesta, vivência concreta da pobreza cristão. (1151).

A pobreza extrema é anti-evangélica, porque obriga o homem a viver em condições infra-humanas, explorado pelos detentores da riqueza e dominados pelos detentores do poder, quando sua dignidade de pessoa humana reclama o direito à sua plena participação na produção e no usufruto dos bens como também sua participação no processo decisório da economia, da política e da cultura.

A classe média mais modesta talvez esteja vivendo concretamente a pobreza cristão porque vive quase exclusivamente do seu trabalho. Porque auferir uma renda que lhe permite satisfazer razoavelmente o atendimento dos bens essenciais, como os da alimentação, habitação, vestuário, transporte, saúde, educação e lazer mas que mesmo assim vive na permanente insegurança do amanhã em termos de emprego, de estabilidade ou não do poder aquisitivo de sua renda. Ou talvez seja precisamente esta insegurança o sinal característico da pobreza cristã, por não permitir que as pessoas se apeguem aos bens, ao poder e ao materialismo hedonista e consumista, dispondo-se mais à solidariedade, à união, na medida em que estão conscientes de sua situação de insegurança. São interrogações que se podem formular a partir do documento, e que encontram respostas numa leitura mais atenta ao longo de todo documento.

Diz-se que a pobreza evangélica põe-se em prática pela comunicação e participação dos bens materiais e espirituais.

Mas para que não se partilhe apenas o pouco – nivelando a miséria – é preciso encontrar formas que viabilizem aumento da produção e que permitam atender razoavelmente as necessidades essenciais de todos.

Os homens que desejam comprometer-se com os pobres deverão enfrentar o desafio para a iniciativa e a imaginação criadora, que levem a uma sociedade realmente fraterna e participada (279).

Todos os homens – mas especialmente os cristãos, devido ao imperativo do amor ao próximo – são chamados a uma obra comum. A cooperação contribuirá para dar verdadeiro valor à dignidade humana, promovendo o bem da paz. Esta cooperação deverá tornar cada vez mais ativo o espírito cristão, nas ciências e nas artes, aplicando todo o gênero de remédios aos males de nossa época e que são: a fome, as calamidades, o analfabetismo, a miséria, a falta de casa para morar e a distribuição injusta dos bens (Vaticano II, Reintegração da Unidade, 12).

O desafio à iniciativa e à imaginação criadora requererá a busca de novas formas de organização da produção e de distribuição do poder que permitam a todos reais condições de participação na produção e no usufruto dos bens e nas decisões sobre os destinos da sociedade local, regional, nacional e internacional.

De nada adiantará fazer apelos à fraternidade e a solidariedade para com os marginalizados, se não houver um efetivo esforço para superar as causas que geram a marginalização. E as causas se situam em grande parte ao nível da organização da produção e do poder. A organização em si é um instrumento indiferente. Dependendo do uso que o homem dela fizer e da estrutura que lhe imprimir, a organização poderá ser o lugar onde se geram as condições de igualdade, de justiça e de participação ou também o lugar da exploração (econômica, social e cultural) e da dominação (política). Geralmente de acordo com o "lugar" que a pessoa ocupa no processo de produção, também se determinará o seu lugar na estrutura da partilha dos bens, do poder e da cultura na sociedade. E na nossa sociedade a organização da produção é altamente centralizadora, autoritária e com hegemonia total do capital sobre os demais fatores de produção, apropriando-se das decisões e dos excedentes gerados na produção. Passa, assim, a organização a ser apenas uma unidade de produção, onde o fator trabalho é visto predominantemente como instrumento de produção, como "recurso humano" e não também uma comunidade de trabalho, onde o fator trabalho é visto como "pessoa humana" com suas aspirações, seus problemas, suas necessidades individuais e familiares.

Portanto, a opção preferencial pelos mais pobres envolve aceitar principalmente o desafio da erradicação das causas da pobreza e da marginalização agindo sobre o núcleo das estruturas concentradoras e excludentes, ou seja, agindo sobre as formas de organização da produção e do poder, de maneira a orientá-las a

serviço do homem e não a serviço do lucro ou do arbítrio de alguns poucos.

A ação, a este nível, contribuirá para a implantação da democracia econômica, condição prévia indispensável para uma efetiva democracia política e social.